

Brasil, Europa, China



Por **JOSÉ LUÍS FIORI***

Enquanto a Europa aceitava sua vassalagem, o Brasil resistia e a China anunciava uma nova ordem. O eixo do poder global desloca-se definitivamente, enterrando a era da hegemonia unilateral

1.

Depois da retirada de Donald Trump da 51ª. Cúpula do G7, em Kananaskis, no Canadá, e da aceitação europeia das exigências americanas na 38ª. Cúpula da OTAN, realizada na cidade Haia, na Holanda, o presidente norte-americano submeteu a Europa a mais um espetáculo vexaminoso no seu resort de Turnberry, na Escócia.

Durante um fim de semana de férias, e entre uma partida e outra de golfe, recebeu em sua casa particular, para uma cerimônia de “beija-mão” quase medieval, o primeiro-ministro britânico, Sir Keir Starmer, ao qual negou o pedido de revisão da tarifa de 50% que o próprio Donald Trump havia imposto às exportações inglesas de aço e o alumínio ingleses para o mercado norte-americano.

Logo em seguida, recebeu a Sra. Ursula von der Leyen, presidenta da Comissão Europeia, e lhe impôs um “acordo comercial” escorchante, um verdadeiro “tratado infame”, do tipo que os europeus costumavam impor aos asiáticos e à China, em particular, no século XIX. Pelo novo “acordo”, a União Europeia comprometeu-se a “zerar” as tarifas alfandegárias de todas as importações industriais dos EUA, e aceitou a imposição de uma tarifa linear de 15% sobre todas suas exportações para o mercado norte-americano.

Além disso, a União Europeia comprometeu-se a comprar U\$ 750 bilhões de gás liquefeito, petróleo e energia nuclear produzidos nos EUA, aceitando investir U\$ 600 bilhões, até 2028, em setores estratégicos da economia estadunidense. Por fim, jurou não taxar as redes sociais americanas, um tema sobre o qual Donald Trump vem insistindo e ameaçando constantemente. E a clemência pedida pelos europeus, com relação à tarifa de 50% sobre seu aço e alumínio, foi jogada para algum momento indeterminado do futuro.

Assim, se somarmos os termos desse “acordo comercial” ao compromisso assumido na reunião de Haia pelos países europeus da OTAN – de gastar 5% de seus orçamentos anuais em defesa, e a maior parte deste valor na compra de armamentos norte-americanos –, podemos concluir, sem nenhum exagero, que a Europa acabou de aceitar e assumir plenamente, em 2025, sua condição de “vassala militar” dos EUA, agregando-lhe sua nova condição de *dominium* econômico norte-americano – mesma posição ocupada, no passado, por Canadá, Austrália e Nova Zelândia com relação ao antigo Império Britânico.

2.

De forma paralela, e um pouco antes do seu passeio na Escócia, Donald Trump anunciou sua decisão, absolutamente

unilateral, de impor uma tarifa linear de 50% sobre todos os produtos brasileiros exportados para os EUA. Uma sanção econômica sem nenhum motivo comercial, porque o Brasil é deficitário no comércio com os EUA há muitos anos, como todos sabem e já disseram reiteradas vezes.

Por outro lado, o motivo alegado por Donald Trump – em defesa do ex-presidente brasileiro que foi condenado pela tentativa de um golpe de Estado com assassinato de seus adversários – também parece ser muito artificial e forçado, uma vez que a figura desse ex-presidente é inteiramente irrelevante do ponto de vista do projeto global de Donald Trump.

Neste sentido, tudo indica que a verdadeira motivação do ataque americano contra o Brasil seja uma retaliação contra a política externa do governo brasileiro de aproximação com a China e de liderança dentro do grupo do BRICS. E talvez, ainda mais de retaliação contra a posição brasileira de denúncia do genocídio da população palestina da Faixa de Gaza, por parte do governo de Israel.

Chama atenção, neste sentido, que o anúncio de Donald Trump da sanção contra o Brasil tenha sido feito no mesmo momento em que o presidente norte-americano recebia na Casa Branca o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu para reafirmar seu apoio incondicional à política israelense de extermínio e/ou expulsão dos palestinos da Faixa de Gaza. Ocasão em que o primeiro-ministro de Israel (acusado de “genocídio” no Tribunal Internacional de Haia) fez a patética proposta de concessão do Prêmio Nobel da Paz ao seu principal aliado e financiador deste mesmo massacre que vem sendo denunciado permanentemente pelo presidente brasileiro.

Reforçando esta hipótese, aliás, também chama atenção o fato de que uma semana antes do anúncio da visita de Benjamin Netanyahu a Washington e do “tarifaço punitivo” de Donald Trump contra o Brasil, a revista *The Economist* tivesse publicado uma matéria – na edição do dia 29 de junho – acusando a política externa do governo Lula de ser “incoerente” e “hostil ao Ocidente”, exatamente por sua denúncia e condenação do genocídio de Gaza e do ataque militar de Israel contra o Irã.

Segundo a revista inglesa, essas posições teriam colocado o Brasil numa condição de isolamento dentro do “mundo ocidental” – ou seja, para bom entendedor, de “isolamento” com relação a Israel, à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos. Quando se leem os acontecimentos desta forma, entende-se melhor a facilidade com que a *The Economist* mudou sua posição frente ao Brasil, ao lado de vários outros jornais europeus e norte-americanos, incluindo o *The New York Times*. Estes passaram a elogiar a resposta do governo brasileiro frente ao “tarifaço” de Donald Trump, por sua corajosa resistência ao assédio e às ameaças comerciais norte-americanas, reconhecendo a liderança internacional do presidente Lula e sua altivez na defesa da soberania e da democracia brasileiras.

O jornal espanhol *El país* chegou a classificar Lula como o único governante de um país ocidental que foi capaz de resistir aos delírios imperiais de Donald Trump, ao declarar em alto e bom som, que “Trump havia sido eleito para governar os EUA, e não para ser o imperador do mundo”. E a própria *The Economist*, na edição seguinte, em 28 de agosto, afirmou na sua matéria de capa que “o Brasil estava oferecendo aos Estados Unidos uma lição de maturidade democrática”.^[1]

3.

Ou seja, tudo parece confirmar que o verdadeiro motivo do ataque ao Brasil não foi o comércio nem a defesa da “liberdade de expressão”, mas sua política externa ao lado da China e do BRICS, e em particular, contra o genocídio praticado pelo governo israelense de Benjamin Netanyahu. Os EUA são a maior potência econômica, financeira e militar do mundo e, portanto, sua relação com o Brasil, deste ponto de vista, será assimétrica ainda por muito tempo.

Isso limita a possibilidade de o Brasil retaliar economicamente os EUA, como fizeram os chineses, obrigando os norte-americanos a recuarem depois do seu ataque inicial. Mesmo assim o presidente brasileiro não se deixou achincalhar, como aconteceu com os líderes europeus, e se propôs a negociar, colocando-se aberto ao diálogo, mas sem se humilhar frente ao presidente americano.

Mais do que isso, na sua condição de atual presidente do grupo dos BRICS, vem promovendo uma mobilização de suas principais lideranças, buscando coordenar uma resposta coletiva que impeça que Donald Trump separe seus Estados membros, jogando uns contra os outros e negociando com cada um em separado, usufruindo de sua assimetria de poder.

Por fim, cabe observar que, neste momento, após a rendição incondicional aos EUA, vários governos europeus enfrentam uma impopularidade crescente, enquanto a economia europeia afunda cada vez mais na recessão ou estagnação prolongada, e a economia brasileira segue crescendo. E em agosto, um mês depois do tarifaço de Donald Trump, o Brasil viu suas exportações para os EUA terem uma queda natural de 18,5%, mas o comércio exterior brasileiro, como um todo, registrou um superávit de U\$ 6,1 bilhões - um aumento de 35,8% em relação ao mesmo período de 2024 - e as próprias exportações cresceram 3,9%, totalizando U\$ 29,86 bilhões.

Uma extraordinária vitória da coragem e altivez frente a covardia e humilhação das lideranças europeias atuais, talvez a geração mais medíocre da história política da Europa desde a Segunda Guerra Mundial.

Por outro lado, no campo diplomático e geopolítico, a diplomacia brasileira (e o presidente Lula, em particular) obtiveram uma grande vitória ao promover a reunião extraordinária dos países membros do BRICS do dia 8 de setembro, com a participação virtual dos líderes de China, Rússia, África do Sul, Egito, Irã, e Indonésia, além do chanceler da Índia, do Vice-Ministro de Relações Exteriores de Etiópia e do príncipe herdeiro dos Emirados Árabes Unidos.

Ocasão em que reafirmaram sua crítica conjunta ao tarifaço de Donald Trump e a todo tipo de sanções econômicas unilaterais aplicadas pelos EUA e pela União Europeia contra os demais países e economias do sistema internacional. Mais um ponto a favor da resistência e da diplomacia brasileira.

4.

Nos oito primeiros meses de 2025, Donald Trump ocupou a primeira página dos principais jornais do mundo, praticamente todos os dias e semanas, com seu hiperativismo midiático e todo o tipo de decisões e iniciativas surpreendentes, unilaterais e arbitrárias na maioria dos casos. Muitas delas, inclusive, não foram implementadas ou nunca existiram.

E outras tantas criaram enorme barulho, mas depois ficaram pelo meio do caminho. É o caso de seu anúncio da anexação do Canadá e da Groenlândia ao território dos EUA, ou suas bravatas pacifistas com relação às guerras da Ucrânia e de Gaza. E ainda, sua recente decisão de marcar data e convocar os presidentes da Rússia e da Ucrânia para uma reunião promovida por ele, mas que foi rejeitada pelo presidente ucraniano e solenemente ignorada pelo presidente Vladimir Putin...

No entanto, o que aconteceu na China entre os dias 31 de agosto e 3 de setembro de 2025 foi algo completamente diferente, não passou pela vontade ou decisão dos EUA e deixou Donald Trump inteiramente marginalizado, paralisado e sem capacidade de resposta frente ao gigantesco espetáculo promovido pelos chineses.

Durante esses quatro dias, o mundo teve a certeza de que algo novo acabara de acontecer, sacramentando o declínio de uma "era eurocêntrica" e de uma ordem mundial "unipolar", junto com o nascimento de um novo polo de poder mundial, com capacidade suficiente e projeto próprio de reorganização do mundo e das relações entre suas várias civilizações.

A 24ª. Cúpula da Organização de Cooperação de Xangai, realizada na cidade de Tianjin nos dias 31 de agosto e 1º de setembro, e o grandioso desfile militar realizado em Pequim no dia 3 de setembro, em comemoração aos 80 Anos da Vitória da China contra o Japão, e contra o fascismo na II Guerra Mundial, foram antes que nada dois espetáculos programados e coreografados nos mais mínimos detalhes - como na tradição milenar dos grandes rituais chineses, com seus símbolos e significados que refletem a visão de seu povo a respeito da ordem social e cósmica, e que contêm mensagens que são praticamente inacessíveis para quem não possui a chave para decifrá-las.

Assim, do ponto de vista da crise contemporânea da ordem internacional e do caos geopolítico instalado pelo declínio da Europa, da desconstrução da hegemonia americana e do mandonismo arbitrário de Donald Trump, esses dois eventos emitiram alguns sinais muito claros, através de gestos e palavras, mas também através do silêncio imponente das novas armas produzidas e apresentadas ao mundo no desfile da Praça da Paz Celestial.

5.

Em primeiro lugar, destacam-se a duração da visita e o calor da recepção dada por Xi Jinping ao presidente russo, Vladimir Putin, deixando claro que sua amizade é indestrutível e que a aliança estratégica entre Rússia e China não foi, nem será abalada pela reaproximação entre a Rússia e os EUA de Donald Trump. Vladimir Putin e Xi Jinping defenderam as mesmas posições na Cúpula da OCX e estiveram lado a lado no desfile militar, além de terem mantido várias conversas privadas e amistosas durante os cinco dias da visita do presidente russo à China.

Em seguida, cabe destacar a entrada na conferência, de mãos dadas, de Vladimir Putin e do primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, até se encontrarem com o primeiro-ministro chinês, com quem se deram as mãos, formando um círculo inimaginável alguns anos ou meses atrás – três dos maiores e mais populosos países do mundo unificados pelo ataque econômico desastroso de Donald Trump contra a economia indiana.

Por fim, como não ver a importância da chegada ao desfile militar do dia 3 de setembro, lado a lado, de Xi Jinping, Vladimir Putin e Kim-Jong-Un, representando os três países que lutaram juntos contra os EUA na Guerra da Coreia entre 1950 e 1953, logo depois do fim da II Guerra Mundial. Passaram uma imagem e decisão de retorno e releitura de uma história que eles consideram ter sido interrompida ou distorcida pela narrativa das potências ocidentais lideradas pelos EUA.

Na abertura da Cúpula da OCX, e frente aos seus convidados da Praça Celestial, o primeiro-ministro Xi Jinping fez dois pronunciamentos que deverão passar para a história, propondo a criação de uma nova ordem mundial baseada na igualdade, na consulta mútua, no respeito pela diversidade das civilizações e na busca do desenvolvimento econômico e na luta conjunta por um futuro compartilhado.

Criticou veementemente todo tipo de “hegemonismo” e “política de força”, numa referência velada ao “supremacismo europeu” e à linguagem utilizada constantemente por Donald Trump e seu grupo de governo.

Xi Jinping foi mais além e propôs diretamente a “iniciativa de uma nova governança mundial”, baseada em cinco princípios fundamentais: (i) o respeito pela soberania de todos os Estados, independentemente de sua força; (ii) o respeito ao direito internacional; (iii) a prática igualitária de um multilateralismo renovado; (iv) a criação de uma ordem voltada para a proteção e desenvolvimento das pessoas, na sua condição universal de seres humanos, e não apenas de indivíduos; e por fim, (v) a adoção de medidas concretas e imediatas, com o objetivo último de obter a paz entre os povos baseada no desenvolvimento conjunto e cooperativo de todos, sem nenhum tipo de dominação e colonialismo.

A Cúpula da OCX reuniu cerca de 20 chefes de Estados membros do maior bloco regional do mundo – entre os quais Turquia, Egito, Irã e outros –, com cerca de 42% da população mundial e 24% da área territorial global.

6.

O desfile militar, por sua vez, apresentou ao mundo as novas armas chinesas, que podem projetar seu poder ao redor do globo em caso de guerra, incluindo o míssil nuclear Dogfeng 5, capaz de atingir seus alvos a 20 mil quilômetros de distância – ou seja, qualquer ponto da Eurásia ou do “hemisfério ocidental” – ao lado de seus novos drones submarinos de grande porte e mísseis anti-navio, capazes de desbloquear em conjunto o cerco marítimo do Sul do Pacífico, sustentado pelas forças navais de EUA e Grã-Bretanha junto com Austrália, Japão e Coreia do Sul.

Antes de iniciar-se o desfile desses armamentos e de mais alguns milhares de soldados, do alto do prédio da entrada da

a terra é redonda

Cidade Proibida - no mesmo lugar em que Mao Tse Tung anunciou ao mundo, em 1949, a fundação da República Popular da China -, Xi Jinping também anunciou ao mundo que a China se colocava naquele momento ao lado da paz e da civilização, e se propunha a liderar, junto com os demais povos do Oriente e do Ocidente, uma nova ordem global.

Na verdade, a China de Xi Jinping propõe que seja feita uma releitura do papel chinês na Segunda Guerra Mundial e na derrota do fascismo, papel que foi literalmente negado ou cancelado depois da exclusão da China de Mao Tse Tung do Conselho de Segurança da ONU, em 1949 - exclusão que foi feita de forma absolutamente arbitrária e autoritária pelas chamadas "potências ocidentais".

E agora, ao lado desta releitura, Xi Jinping está reivindicando liderar a reorganização do próprio sistema das Nações Unidas, sem destruí-lo - pelo contrário, com a participação igualitária e proporcional de todos os povos, e com o fim definitivo da pretensão hegemônica das antigas potências europeias e dos Estados Unidos.

Ou seja, se fosse necessário identificar a mensagem principal desses três dias em que a China iluminou o mundo, é que ela e seus grandes aliados estão dispostos a reorganizar e sustentar uma nova ordem mundial pacífica e igualitária, que respeite as várias civilizações que coexistem na face da Terra.

Uma ordem ancorada na estabilidade, na credibilidade dos valores, instituições e práticas historicamente comprovadas do pacifismo e da estabilidade chinesas. Por isso talvez a China tenha decidido fazer sua grande demonstração de força militar exatamente na majestosa Praça da Paz Celestial.

***José Luís Fiori** é professor emérito da UFRJ. Autor, entre outros livros, de *Uma teoria do poder global (Vozes)* [<https://amzn.to/3YBLfHb>]

Publicado originalmente no Boletim nº. 13, setembro de 2025, do [Observatório internacional do século XXI](#).

Nota

[1] Braun, J. "O que o Brasil pode ensinar à América", *The Economist*, 28 ago. 2025.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)